

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Compete ao Governo garantir que as populações beneficiem da oferta permanente de serviços postais em todo o país, com qualidade adequada de forma a responder às necessidades de comunicação das pessoas e das empresas.

Por decisões da empresa CTT, às quais os cidadãos são alheios, a distribuição da correspondência na Póvoa de Lanhoso, está, mais uma vez, gravemente afetada, colocando os mesmos em falta com as suas obrigações devido ao reiterado comportamento dos CTT.

No concelho de Póvoa de Lanhoso a distribuição do serviço postal não tem servido os interesses das pessoas nem das empresas, tal é o seu atraso. É inconcebível que os cidadãos, que são assinantes de jornais diários, cheguem a estar **dez dias** sem rececionarem qualquer tipo decorreio e sem o referido jornal que é diário, mesmo os residentes da vila. No final do mês os cidadãos têm que pagar o IMI e ainda não receberam a respetiva notificação, ou seja, não podem planear o seu orçamento familiar pois não sabem quanto vão pagar. As cartas do IEFP, da Segurança Social, do Tribunal ou da Junta Médica, os vales de pensão de muitos idosos, as consultas médicas agendadas por carta postal, não chegam a tempo e horas com prejuízos graves para as suas vidas.

Desta situação já deram nota alguns residentes no jornal local, Maria da Fonte.

O que acontece a quem falta a uma Junta médica porque recebeu a notificação dias depois? E quantidade de pessoas que se dirigiram ao Tribunal porque não receberam atempadamente a informação de que o julgamento foi adiado ou não compareceram no tribunal porque não receberam a notificação atempadamente?

Senhor Ministro

Esta é a realidade do país, com escassez de recursos humanos na distribuição postal na Póvoa de Lanhoso e também em outros concelhos.

Compete ao Governo a fiscalização eficaz do cumprimento do contrato de concessão dos CTT.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Braga, colocam três questões ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação:

1. Tem o Senhor Ministro conhecimento desta situação?
2. Se não tem, e passou agora a ter, vai dar instruções para que esta situação seja corrigida?
3. O que prevê o contrato de concessão por incumprimento/ prestação de um mau serviço?
4. Que medidas e quando as tomará, por forma a que este problema se resolva definitivamente?

Palácio de São Bento, 1 de julho de 2021

Deputado(a)s

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

RUI SILVA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)